

Brasil assina hoje com bancos acordo que reestrutura dívida

JOSÉ MEIRELLES PASSOS
Correspondente

NOVA YORK — A assinatura do acordo de reestruturação da dívida externa brasileira com os bancos privados, no valor de US\$ 34 bilhões, acontecerá esta manhã em Toronto, no Canadá. Para o ministro da Fazenda, Fernando Henrique Cardoso, a conclusão do acordo traz um duplo alívio ao país. Por um lado, o Brasil fica em dia com suas contas, podendo receber mais investimentos estrangeiros. Por outro, as reservas nacionais — cerca de US\$ 25 bilhões, depositados na Suíça — ficam liberadas, para gastos ou aplicações mais rentáveis nos mercados mundiais.

— Esse dinheiro depositado em Zurique está bloqueado por nós mesmos, servindo como uma espécie de garantia e, portanto, correndo o risco de um arresto. Ele fica lá numa espécie de banco central dos bancos centrais, rendendo ao país juros de 4% ao ano. Agora teremos mais liberdade para usar essas reservas. — disse FH ao GLOBO, ontem, em Nova York, pouco antes de embarcar para Toronto.

A solenidade de hoje abre o último capítulo da novela da renegociação da dívida, cujo final está previsto para o próximo dia 15 de abril. Os dois últimos negociadores — Pedro Malan e André Lara Rezende — também estarão em Toronto para, ao lado de dezenas dos mais graúdos banqueiros internacionais. Nem todos os quase 800 credores privados estarão presentes. Cópias do acordo serão enviadas aos ausentes, para que assinem o documento até o final de fevereiro. Até lá, o governo espera obter o sinal verde do Fundo Monetário Internacional (FMI) para o seu



Fernando Henrique: com o acordo, reservas poderão ser mais bem aplicadas

programa de ajuste econômico. Essa condição é essencial para que o Departamento do Tesouro dos Estados Unidos emita uma série de bônus num total equivalente a US\$ 2,8 bilhões. Esses papéis serão adquiridos pelo Brasil e entregues aos banqueiros como garantia da reestruturação da dívida.

A expectativa é de que isso aconteça em fevereiro. A partir de então, e até o dia 15 de abril, o próprio governo brasileiro terá de emitir seis tipos de títulos diferentes, para serem trocados com os bancos pelas atuais promissórias da dívida externa, o que selará o acordo, liberando as reservas depositadas na Suíça.

— Estamos vencendo uma etapa que nos amarrava muito.

Agora que está tudo acertado com os bancos, sabemos exatamente quanto teremos que pagar, pois os juros foram fixados: há um teto e um piso, além de um prazo de 30 anos. E pensando bem, com os descontos que obtivemos através do Plano Brady, a dívida é modesta em relação à capacidade do país: ela é equivalente a apenas oito por cento do nosso produto interno bruto — disse Fernando Henrique, lembrando que o país agora deve US\$ 34 bilhões aos bancos, e só este ano as exportações nacionais renderão US\$ 40 bilhões.

— Daqui por diante — comentou — É só cuidar do ajuste econômico, para terminar com essa inflação brutal.

Duas frentes

O DÉFICIT público e o fluxo de entrada de recursos externos têm sido os principais fatores de expansão monetária que sanciona a inflação elevada.

O GOVERNO está propondo um orçamento sem déficit para 1994. Era necessário completar essa iniciativa com alguma providência em relação aos recursos externos. E isso foi feito agora sem ferir os mecanismos de mercado: a aplicação do Imposto sobre Operações Financeiras deve inibir a entrada de dinheiro especulativo, e novos fundos para capitais estrangeiros absorverão os demais recursos antes que se forme uma ciranda no mercado financeiro.

O CERCO à inflação vai se fechando.

11-9-93